

Sumário

Prefácio à 4ª Edição, xiii

LIVRO I – Parte Geral, 1

1 Obrigação tributária, 3

1.1 Definição e espécies, 3

1.2 Elementos da obrigação tributária, 4

1.2.1 Lei, 4

1.2.2 Fato gerador, 4

1.2.2.1 Elemento objetivo do fato gerador, 5

1.2.2.2 Aspecto subjetivo do fato gerador, 5

1.2.2.3 Aspecto quantitativo do fato gerador, 7

1.2.2.4 Aspecto espacial do fato gerador, 8

1.2.2.5 Aspecto temporal do fato gerador, 8

1.2.3 Fato gerador presumido, 9

1.3 Responsabilidade tributária, 9

1.3.1 Princípio e requisitos, 10

1.3.2 Responsabilidade dos sucessores, 11

1.3.3 Responsabilidade de terceiros, 13

1.3.4 Responsabilidade por infrações, 15

1.3.5 Denúncia espontânea, 17

2 Crédito Tributário, 19

- 2.1 Conceito e natureza jurídica, 19
 - 2.2 Constituição do crédito tributário pelo lançamento, 20
 - 2.2.1 Lançamento direto, 21
 - 2.2.2 Lançamento misto, 22
 - 2.2.3 Lançamento por homologação, 23
 - 2.3 Suspensão do crédito tributário, 24
 - 2.3.1 Moratória, 25
 - 2.3.2 Depósito do montante integral do crédito, 27
 - 2.3.3 Reclamações e recursos administrativos, 28
 - 2.3.4 Concessão de liminar em mandado de segurança, 28
 - 2.3.5 Concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial, 28
 - 2.3.6 Parcelamento, 29
 - 2.4 Extinção do crédito tributário, 29
 - 2.4.1 Pagamento, 29
 - 2.4.2 Demais modalidades, 31
 - 2.4.2.1 Compensação, 31
 - 2.4.2.2 Transação, 32
 - 2.4.2.3 Remissão, 33
 - 2.4.2.4 Decadência e Prescrição, 34
 - 2.4.2.5 Conversão de depósito em renda, 39
 - 2.4.2.6 Pagamento antecipado e homologação do lançamento, nos termos do disposto no art. 150, §§ 1º e 4º, 39
 - 2.4.2.7 Consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do art. 164, 39
 - 2.4.2.8 Decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, 41
 - 2.4.2.9 Decisão judicial passada em julgado, 41
 - 2.4.2.10 Dação em pagamento em bens imóveis, 41
 - 2.5 Exclusão de crédito tributário, 42
 - 2.5.1 Isenção, 42
 - 2.5.2 Anistia, 43
 - 2.6 Garantias e privilégios do crédito tributário, 44
-
- 3 Administração Tributária, 51**
 - 3.1 Considerações gerais, 51
 - 3.2 Fiscalização, 52
 - 3.2.1 Sigilo bancário, 55

3.3 Dívida ativa, 59

3.4 Certidões negativas, 60

4 Competência Tributária, 63

4.1 Discriminação de rendas tributárias, 64

4.2 Limitações constitucionais do poder de tributar, 64

4.2.1 Princípio da legalidade tributária, 65

4.2.2 Princípio da anterioridade, 66

4.2.3 Princípio da isonomia tributária, 68

4.2.4 Princípio da capacidade contributiva, 69

4.2.5 Princípio da vedação de efeitos confiscatórios, 71

4.2.6 Princípio da imunidade recíproca, 73

4.2.7 Princípio da imunidade genérica, 74

4.2.8 Princípio da imunidade de tráfego interestadual e intermunicipal, 77

4.2.9 Princípio da uniformidade de tributo federal em todo o território nacional, 78

4.2.10 Princípio da uniformidade de tributo estadual ou municipal quanto à procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza, 79

4.2.11 Princípio da igualdade de tratamento dos títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal e dos vencimentos pagos pelas três entidades políticas, 80

4.2.12 Princípio da imunidade do imposto sobre a renda relativamente a proventos de aposentadoria e pensão percebidos por pessoas com idade superior a sessenta e cinco anos, 80

4.2.13 Princípio da vedação de a União decretar isenção de impostos das entidades periféricas, 81

4.2.14 Princípios implícitos, 82

5 Sistema Tributário Nacional, 83

5.1 Generalidades, 83

5.2 Tributos, 84

5.2.1 Definição de tributos, 84

5.2.2 Espécies de tributos, 84

5.2.2.1 Impostos, 85

5.2.2.2 Taxas, 86

5.2.2.3 Contribuição de melhoria, 86

5.2.2.4 Empréstimos compulsórios, 87

5.2.2.5 Contribuições sociais, 87

5.3 Sistema tributário municipal, 89

LIVRO II – Sistema Tributário do Município de São Paulo, 91

1 Lei nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, 93

PARTE I – TRIBUTOS, 94

TÍTULO I – Dos impostos, 94

Capítulo I – Imposto predial, 94

Seção I – Incidência, 94

Seção II – Cálculo do imposto, 100

Seção III – Sujeito passivo, 104

Seção IV – Lançamento, 105

Seção V – Isenções, 108

Seção VI – Arrecadação, 113

Seção VII – Disposição transitória, 115

Capítulo II – Imposto territorial urbano, 116

Seção I – Incidência, 116

Seção II – Cálculo do imposto, 119

Seção III – Sujeito passivo, 121

Seção IV – Lançamento, 122

Seção V – Isenções, 123

Seção VI – Arrecadação, 126

Capítulo III – Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, 128

Capítulo IV – Imposto sobre serviço de qualquer natureza, 129

Seção I – Incidência, 129

Seção II – Cálculo do imposto, 129

Seção III – Sujeito passivo, 131

Seção IV – Isenção, 132

Seção V – Inscrição, 132

Seção VI – Escrita e Documentário Fiscais, 134

Seção VII – Recolhimento do imposto, 136

Seção VIII – Infrações e penalidades, 137

Seção IX – Disposição geral, 139

Seção X – Disposições transitórias, 140

TÍTULO II – Taxas, 140

Capítulo I – Taxa de limpeza pública, 141

Capítulo II – Taxa de conservação de vias e logradouros públicos, 142

Capítulo III – Taxa de pavimentação e de serviços preparatórios de pavimentação, 142

Capítulo IV – Taxas de licença, 142
I – Taxa de licença para localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, profissionais e similares, 142
II – Taxa de licença para negociantes ambulantes, 143
III – Taxa de licença para tráfego de veículos, 143
Seção I – Incidência, 143
Seção II – Cálculo da taxa, 143
Seção III – Sujeito passivo, 143
Seção IV – Lançamento e arrecadação, 143
Seção V – Isenções, 144
Seção VI – Disposições gerais, 144
IV – Taxa de licença para estacionamento de veículos, 145
V – Taxa de licença para publicidade, 145
Disposições gerais, 145
VI – Taxa de licença para matrícula de animais, 145
VII – Taxa de licença para escavação e retirada de materiais do subsolo, 145
Seção I – Licenciamento, 145
Seção II – Incidência, 146
Seção III – Base de cálculo, 147
Seção IV – Lançamento, 147
Seção V – Multas, 147
Disposição especial, 148
VIII – Taxa de licença para construções, arruamentos e loteamentos, 148
Seção I – Incidência, 148
Seção II – Cálculo da taxa, 149
Seção III – Sujeito passivo, 149
Seção IV – Arrecadação, 149
Capítulo V – Taxa de expediente, 150
Capítulo VI – Taxa de serviços diversos, 150
TÍTULO III – Contribuição de melhoria, 151
PARTE II – Disposições gerais, 151

2 Legislação complementar, 159

- 2.1 Imposto sobre transmissão *inter vivos* de bens imóveis, 159
 - 2.1.1 Lei nº 11.154, de 30 de dezembro de 1991, 159
 - 2.1.2 Lei nº 13.107, de 29 de dezembro de 2000, 183

- 2.1.3 Lei nº 13.402, de 5 de agosto de 2002, 185
- 2.1.4 Decreto nº 31.134, de 24 de janeiro de 1992, 188
- 2.1.5 Decreto nº 51.627, de 13 de julho de 2010, 188
- 2.1.6 Portaria SF nº 81, de 5 de setembro de 2005, 204
- 2.2 Imposto sobre serviços de qualquer natureza, 206
 - 2.2.1 Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, 206
 - 2.2.2 Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003, 231
 - 2.2.3 Decreto nº 46.598, de 4 de novembro de 2005, 264
 - 2.2.4 Lei nº 11.085, de 6 de setembro de 1991, 264
 - 2.2.5 Lei nº 13.476, de 30 de dezembro de 2002, 265
 - 2.2.6 Lei nº 8.809, de 31 de outubro de 1978, 279
 - 2.2.7 Lei nº 14.097, de 9 de outubro de 2005, 281
 - 2.2.8 Decreto nº 47.350, de 6 de junho de 2006 – Revogado pelo Decreto nº 50.896, que aprovou o Regulamento do ISS, 286
 - 2.2.9 Instrução Normativa SF/SUREM nº 06, de 22 de junho de 2011, 286
- 2.3 Taxa de fiscalização de estabelecimentos, 287
 - 2.3.1 Lei nº 13.477, de 30 de dezembro de 2002, 287
 - 2.3.2 Portaria – SF 5, de 9 de janeiro de 2003, 304
 - 2.3.3 Lei nº 13.647, de 16 de setembro de 2003, 307
- 2.4 Taxa de fiscalização de anúncios, 308
 - 2.4.1 Lei nº 13.474, de 30 de dezembro de 2002, 308
 - 2.4.2 Portaria – SF 17, de 6 de fevereiro de 2003, 321
- 2.5 Taxa de limpeza urbana, 324
 - 2.5.1 Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2003, 324
- 2.6 Contribuição de melhoria, 346
 - 2.6.1 Lei nº 10.212, de 11 de dezembro de 1996, 346
- 2.7 Contribuição para custeio da iluminação pública, 357
 - 2.7.1 Lei nº 13.479, de 30 de dezembro de 2002, 357
- 2.8 Contribuição do servidor público, 363
 - 2.8.1 Lei nº 13.973, de 12 de maio de 2005, 363
 - Disposições Transitórias, 371
 - Disposições Finais, 373
- 2.9 Processo administrativo fiscal, 373
 - 2.9.1 Lei nº 14.107, de 12 de dezembro de 2005, 373
 - 2.9.2 Decreto nº 47.227, de 27 de abril de 2006, 397
 - 2.9.3 Decreto nº 50.895, de 1º de outubro de 2009, 404
- 2.10 Inscrição imobiliária no CIF, 426
 - 2.10.1 Lei nº 10.819, de 28 de dezembro de 1989, 426

- 2.10.2 Decreto nº 28.494, de 9 de janeiro de 1990, 428
 - 2.11 Apuração do valor venal de imóveis, 430
 - 2.11.1 Lei nº 10.235, de 16 de dezembro de 1986, 430
 - 2.11.2 Decreto nº 40.213, de 29 de dezembro de 2000, 435
 - 2.12 Legislação sobre atualização monetária de débitos para com a fazenda municipal, 435
 - 2.12.1 Lei nº 10.734, de 30 de junho de 1989, 435
 - 2.12.2 Lei nº 13.105, de 9 de dezembro de 2000, 436
 - 2.12.3 Lei nº 13.181, de 4 de outubro de 2001, 437
 - 2.12.4 Lei nº 13.275, de 4 de janeiro de 2002, 437
 - 2.13 Unidade de Valor Fiscal do Município de São Paulo (UFM), 438
 - 2.13.1 Lei nº 11.153, de 30 de dezembro de 1991, 438
 - 2.13.2 Lei nº 11.458, de 28 de dezembro de 1993, 439
 - 2.13.3 Lei nº 11.960, de 29 de dezembro de 1995, 441
 - 2.14 Lei nº 15.234, de 1º de julho de 2010, 442
- 3 TABELAS, 447**
- 3.1 De IPTU, 447
 - 3.1.1 Tabelas anexas à Lei nº 10.235/86, 447
 - 3.2 De taxa de fiscalização de estabelecimentos, 467
 - 3.2.1 Tabela anexa à Lei nº 13.477/02, 467
 - 3.2.2 Tabela anexa à Lei nº 13.647/03, 472
 - 3.3 De taxa de fiscalização de anúncios, 474
 - 3.3.1 Tabelas anexas à Lei nº 13.474/02, 474
 - 3.3.2 Tabelas anexas à Portaria-SF nº 17/2003, 476
 - 3.4 De taxa de fiscalização dos serviços de limpeza urbana (Fislurb), 481
- ANEXO V – Integrante da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002
- ANEXO VI – Integrante da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, 482
- 3.5 Código de Serviços do ISS, 483